

análise social

número 70

Trabalho cooperativo no Norte de Portugal
Brian Juan O'Neill

O processo inflacionário português
Daniel Bessa

**Campesinato em Portugal:
conservadorismo e apatia política**
J. Madureira Pinto

**O Integralismo Lusitano e as origens
do Salazarismo**
M. Braga da Cruz

**Os tipógrafos e o despontar
da contratação colectiva II**
José Barreto

**Modelo de Dogum: uma aplicação
às receitas familiares em Portugal**
J. Falcão Carneiro

**Tecnologia e especialização industrial
na adesão à CEE**
José Pedro Pontes

**revista
do Instituto
de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

DIRECTOR.

A. Sedas Nunes

SECRETARIADO DE REDACÇÃO:

A. Sedas Nunes, Jaime Reis, Guilherme Valente

CONSELHO DE REDACÇÃO:

Ana Nunes de Almeida, António Barreto, Edgar Rocha, Fátima Bonifácio, Fátima Patriarca, Jaime Reis, João Ferreira de Almeida, Joaquim Manuel Nazareth, José Barreto, José Manuel Rolo, Luís Salgado Matos, Manuel Braga da Cruz, Manuel de Lucena, Manuel Luís Marinho Antunes, Manuel Villaverde Cabral, Maria Eduarda Cruzeiro, Maria Filomena Mónica, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Marinús Pires de Lima, Mário Murteira, Miguel Esteves Cardoso, Vasco Pulido Valente

EDIÇÃO E PROPRIEDADE:

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Rua Miguel Lúpi, 18, r/c, 1200 Lisboa, Portugal
Telef.: 60 31 41/2/3

ASSINATURAS:

Rua do Quelhas, 6, 1200 Lisboa, Portugal
Telef.: 60 57 38

ASSINATURA ANUAL:

Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha: 600\$00
Outros países: U.S. \$ 30

PREÇO DESTE NÚMERO:

Portugal, Países de expressão portuguesa e Espanha: 150\$00
Outros países: U.S. \$ 8

DISTRIBUIÇÃO:

Gradiva → Publicações, Lda.
Apartado 3264, Rua 1.º de Maio, 134-3.º Esq.º, 1307 Lisboa Codex
Telef.: 64 72 99

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:

Gráfica Imperial, Lda.
Rua Feio Terenas, 31-A, 1100 Lisboa
Telef.: 84 44 09

ARTIGOS

Pág.

7 Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal

Brian Juan O'NEILL

Subjacente à análise dum determinado tipo de festa de trabalho está o problema de saber em que medida certos dados históricos locais podem ser utilizados para completar e ampliar o estudo das relações sociais da actualidade. Um segundo problema, mais geral, a ter em conta diz respeito à importância da história e do método comparativo para o estudo das comunidades especificamente mediterrânicas. Embora na fase actual da sua pesquisa o autor possa apenas sugerir pistas de análise, os problemas levantados neste artigo são problemas de fundo numa área da antropologia que tem de facto à sua disposição um vasto conjunto de arquivos, tanto locais como nacionais.

A questão implícita no exame que o autor faz neste artigo da estrutura das jornadas de trabalho cooperativo numa aldeia portuguesa é a seguinte: perante os dados etnográficos relevantes e os factos significativos da história recente, terá esta comunidade alguma vez, no seu passado, sido tão igualitária quanto hoje parece ser? E esta primeira pergunta suscita uma outra: em que medida é que mesmo as comunidades ibéricas mais visivelmente «igualitárias» tiveram qualquer espécie de estratificação? Estas questões obrigaram a coligir e analisar dados de base local de tal modo que se tornasse possível fazer uma comparação pormenorizada entre comunidades mediterrânicas específicas, uma tarefa reconhecidamente ausente dos estudos sobre o Mediterrâneo. No tratamento destas questões o autor teve em atenção dois elementos da estrutura social duma comunidade portuguesa: o primeiro, o trabalho gratuito recíproco e as debilhas dos cereais em Agosto, como ilustrações de um sistema de relações igualitárias entre «iguais» da aldeia, e, em segundo lugar, dois tipos de dados históricos que fornecem provas da existência, pelo menos em tempos recuados, dum sistema social estritamente hierarquizado e estratificado.

35 O processo inflacionário português

Daniel BESSA

Este trabalho apresenta-se determinado pela conclusão central de um anterior estudo do autor publicado no n.º 63 de *Análise Social*, «Teorias explicativas da inflação: apreciação crítica», de acordo com o qual a inflação corresponderia a uma manifestação estrutural das actuais condições de reprodução do capitalismo, fazendo-se sentir de forma desigual, à escala mundial, segundo uma hierarquia fundamentalmente determinada pelos graus de desenvolvimento económico dos diversos países. Defendendo que a inflação portuguesa se conforma particularmente bem àquela determinação estrutural, o autor procurou e terá encontrado factores específicos em actuação no processo inflacionário português susceptíveis de darem um contributo adicional

à referida explicação, fundamentalmente: um défice orçamental particularmente elevado (de incidência inflacionária apesar de tudo discutível, tendo em conta a dificuldade em admitir um excesso da procura em Portugal, mecanismo de transmissão através do qual, a ser relevante, deveria actuar); um peso elevadíssimo dos impostos indirectos na carga tributária (situação aliás verificável na generalidade dos países de processos inflacionários intensos).

Pronunciando-se seguidamente sobre as políticas anti-inflacionárias, o autor termina defendendo que o desenvolvimento económico constituiria o único meio de alteração da posição relativa de Portugal no processo inflacionário mundial.

107 **Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal**

José Madureira PINTO

O autor debruça-se neste texto sobre as funções político-ideológicas de conservação da ordem social habitualmente imputadas ao campesinato, procurando mostrar, com o apoio de informações empíricas respeitantes às práticas religiosas e político-eleitorais da população portuguesa, em geral, e do concelho de Penafiel, em particular, que a) para caracterizar o sistema de disposições e operadores práticos-simbólico em que baseiam certos comportamentos e posições ideológicas das classes camponesas, é necessário ter em conta a especificidade do espaço social rural (nomeadamente dos processos de trabalho e relações de produção características da economia camponesa); b) no conjunto de instâncias de socialização que tendem a reforçar o conservadorismo espontâneo das classes camponesas, destaca-se a Religião, para isso contribuindo decisivamente o facto de o efeito ideológico de naturalização/sacralização das hierarquias sociais, que está associado ao discurso religioso e à acção pastoral dominantes, encontrar, nos campos, receptores com forte propensão para a procura de bens de salvação; c) dado que o conservadorismo e o conformismo religioso dos camponeses estão associados a sensíveis predisposições para a auto-exclusão em face das dinâmicas propriamente políticas, só com precaução podem os dados da sociografia eleitoral ser utilizados como indicadores das ideologias camponesas; d) é o próprio desenvolvimento das funções económicas externas do espaço rural que tende a subverter as suas funções político-ideológicas tradicionais, bem como, paralelamente, a coesão e o sentido global de importantes equilíbrios sociais (em especial os que se apoiam nos sistemas de divisão de trabalho e de autoridade intrafamiliares e nas solidariedades de vizinhança).

137 **O integralismo lusitano nas origens do salazarismo**

Manuel Braga da CRUZ

A construção do Estado Novo foi, do ponto de vista ideológico, a resultante de várias correntes ideológicas que nele se amalgamaram. Saindo de um golpe militar, cuja intenção política era mais a *negação* de um regime do que a *afirmação* clara de uma alternativa de sistema, o Estado Novo acabou por combinar com uma original matriz democrata-cristã várias outras influências políticas e ideológicas, entre as quais tem, sem dúvida, um lugar de destaque o *integralismo lusitano*.

Na realização dessa síntese política e ideológica de interesses de classe, o salazarismo estabeleceu compromissos, salvaguardando ou sacrificando ora umas ora outras das componentes dos movimentos e ideologias que nele confluíram. Assim procedeu também com o *integralismo lusitano*.

O estudo do *integralismo lusitano*, do seu aparecimento e da sua evolução, sobretudo nas suas relações com o Estado Novo, bem como da sua proposta política teórica, permitir-nos-á, não só compreender melhor as origens do salazarismo, como também a sua configuração política e ideológica.

Constituindo a segunda e última parte de um trabalho que historia as relações laborais na indústria tipográfica portuguesa e a acção desenvolvida pelos tipógrafos na luta pelo estabelecimento do contrato colectivo, o presente texto foca o ciclo de acção iniciado pela paralisação dos jornais lisboetas em 1904 e que termina nas vésperas da instauração da Ditadura em Maio de 1926. A agitação social coincidente e subsequente à implantação da República, bem como o ímpar surto inflacionário de 1916-1923, vão suscitar uma forte vaga reivindicativa e organizativa entre os tipógrafos, tal como, aliás, entre outros sectores do operariado. A conquista pioneira das oito horas de trabalho obtida pelos gráficos (1915) e a assinatura do primeiro contrato colectivo durável (1919) são os factos mais relevantes deste período. Esboça-se, então, em Portugal um sistema de relações laborais próprias do liberalismo moderno, sistema que não viria a ter continuidade com a Ditadura.

ESTUDOS, NOTAS, OPINIÕES

- 215 **Tecnologia e especialização industrial na adesão à CEE**

José Pedro PONTES

Este texto constitui uma tentativa de aplicação das teorias da especialização e do comércio internacional à economia portuguesa, em particular no domínio industrial. Articula-se em três partes. Na primeira procura-se expor brevemente as teorias da especialização ao nível dos factores, relacionando-as com a problemática da transferência internacional de valor (troca desigual). A segunda parte é marcadamente retrospectiva, procurando-se nela analisar a especialização adquirida pela economia portuguesa, em particular no plano industrial, no período de 1968-78, partindo do cálculo de um conjunto de indicadores. A terceira é acentuadamente prospectiva, inserindo-se num esforço de síntese dos debates que, subordinados ao tema do modelo de crescimento no quadro da adesão à CEE, se têm vindo a realizar desde meados de 1980.

- 231 **Modelo de Dogum de distribuição pessoal do rendimento: uma aplicação às receitas familiares em Portugal**

J. Falcão CARNEIRO

Com o modelo que concebeu, Camilo Dogum pretendeu chegar a uma solução fundamentada, simples, flexível, bem ajustável a qualquer tipo de distribuição empírica e contendo parâmetros susceptíveis de interpretação económica precisa.

No presente trabalho descreve-se esse modelo e dá-se conta dos resultados da sua aplicação às receitas familiares em Portugal em 1973-74, discriminadas por zonas rurais e urbanas das regiões-plano, conforme estatísticas presentemente facultadas pelo INE (1977). Encontra-se dividido em três partes: Na primeira — «O modelo» — referem-se os requisitos e as principais propriedades; na segunda — «Estimação dos parâmetros» — aborda-se o método adoptado e os resultados obtidos; na última — «Conclusões» — faz-se um balanço dos méritos e deméritos revelados pelo modelo

BIBLIOGRAFIA

- 247 **Revistas**

- 297 **RÉSUMÉS/ABSTRACTS**